



## ***IX Colóquio Os Direitos Humanos na Ordem do Dia: Jovens e Desenvolvimento - Desafio Global***

### **Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento**

**Assembleia da República - 18 de Novembro**

#### **Cumprimentos:**

- **Mónica Ferro** (PSD), Coordenadora do GPPsPD
- **Srs. Deputados** do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, a quem felicito desde já pela iniciativa
- **Graça Campinos Poças**, Presidente da Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento (P&D Factor)
- **Representantes do CNJ, FNAJ** e demais associações Juvenis e ONGs presentes neste colóquio

Começo por agradecer o convite para a sessão de abertura deste colóquio, que procura contribuir para um debate pertinente na agenda global, nomeadamente na discussão que ocorre no âmbito pós-2015 e pós Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A Juventude afirma-se como um grupo social com largo potencial, que tem vindo a enfrentar grandes desafios. Este ano, o Relatório das Nações Unidas sobre a Situação da População Mundial, hoje apresentado, é dedicado aos jovens, contrariando assim, algum

esquecimento que até aqui tinha sido votado este sector da sociedade, no âmbito desta discussão.

O potencial da população jovem mundial, atualmente composta por 1,8 mil milhões de pessoas, grande parte delas a viver em países em desenvolvimento, faz-se sentir, de sobremaneira, no domínio das relações internacionais e no âmbito dos Estados, assumindo os direitos humanos um grande enfoque na discussão a realizar sobre desenvolvimento e juventude:

Basta recordarmos os fenómenos da Primavera Árabe, os movimentos de indignação na Europa, nos Estados Unidos, por toda a América Latina, ou mesmo recentemente os movimentos a que assistimos na Ásia, em particular em Hong Kong.

Devemos, por isso, reclamar o compromisso de reconhecer as prioridades da juventude como parte integrante das negociações no âmbito da *Agenda para o Desenvolvimento Sustentável*, Pós-2015, bem como reconhecer o acesso dos jovens aos seus direitos, como uma dimensão fundamental na afirmação dos direitos humanos.

Meus senhores e minhas senhoras



O papel ativo dos jovens, nomeadamente no que respeita à sua participação e *empowerment*, tem sido manifestado na vontade de assumir responsabilidades nas agendas económicas, sociais e políticas dos seus países e regiões;

Assistimos hoje a um debate a dois níveis sobre os direitos dos jovens: por um lado o acesso dos jovens aos seus direitos e por outro a importância de estabelecer um quadro legal que represente esses mesmos direitos.

Mas se um instrumento jurídico não garante por si só a consagração de acesso aos direitos humanos por parte da juventude, importa refletir de que forma podemos contribuir para uma agenda global que por um lado respeite toda uma geração e por outro exorte o potencial da juventude no contexto global. (pausa)

- Os elevados números de desemprego jovem, um dos maiores flagelos dos nossos dias,
- o acesso à educação de qualidade,
- a promoção da saúde e estilos de vida saudáveis,
- a participação jovem,
- os aspetos relacionados com a promoção da inclusão social dos jovens, nomeadamente de jovens em risco,
- a promoção da igualdade de género e o combate à violência contra mulheres e raparigas



- a promoção de uma cultura de tolerância e diálogo intercultural,
  - sem esquecer a promoção da paz e reconciliação,
- são determinantes na consciência da decisão política para a consagração da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015, os quais só poderão ser equacionados em conjunto com a juventude.

Caras e caros participantes

Historicamente, a política de juventude em Portugal tem sabido acompanhar muitas das boas práticas neste sector.

Muito recentemente aliás, conseguimos afirmar a transversalidade das políticas de juventude, através da criação do Livro Branco da Juventude. Esta publicação, que resultou numa resolução do conselho de ministros, identifica 279 medidas, em 15 áreas de governação a serem implementadas nesta legislatura.

De momento posso informar que, no seguimento da monitorização permanente que temos vindo a realizar, estão já identificadas mais de 200 medidas implementadas.

Acreditamos no valor da participação jovem e na mais-valia que representam as organizações de juventude e

por isso temos estabelecido uma estratégia de parceria com estas entidades, que mais do que o tão falado diálogo estruturado, nos permite concretizar uma “ação estruturada” para as novas gerações.

Não falo apenas do lançamento, ou em alguns casos relançamento de novos programas, como a ocupação de tempos livres, o voluntariado associativo, os Campos de férias internacionais entre outros, que permitem identificar oportunidades para os jovens, falo dos regimes de proximidade que se estabelecem com programas como a Iniciativa de Desenvolvimento Associativo e o trabalho em organizações de juventude, fundamentais para trazer os jovens em situação de exclusão social para o sistema.

Falo do investimento que fazemos no sector da juventude, para o qual muito contribuiu o roteiro do associativismo que realizei em conjunto com o CNJ e a FNAJ por todo o país, ou ainda dos programas de promoção do empreendedorismo jovem, como a Rede de Gestão e perceção de Negócios ou o empreende já, ou ainda da criação das casas das associações nos espaços do IPDJ, IP.

Falo ainda do mérito de programas como o “namorar com fairplay”, que procura dar respostas à violência no

namoro, ou o programa sexualidade em linha e o programa cuida-te que são respostas muito concretas para a saúde dos jovens.

E fazemos tudo isto por uma razão: porque acreditamos no poder dos jovens, acreditamos no seu potencial.

No contexto internacional temos vindo a afirmar estes princípios em vários domínios, destacando dois em particular:

- no âmbito da CPLP, em que assumimos o secretariado Executivo da Conferência de Ministros da Juventude, e onde por nossa iniciativa, a resolução da última conferência manifestou o apoio da comunidade na afirmação da juventude no contexto dos objectivos do desenvolvimento sustentável,
- Ou também, nesta mesma conferência, com a aprovação da Carta da Juventude da CPLP, já ratificada pelo Conselho de Ministros da CPLP
- e ainda no âmbito da Organização Ibero-americana de Juventude, onde nos associamos às tomadas de posição neste mesmo sentido.

Minhas senhoras e meus senhores



O próximo ano será muito relevante para Portugal e para a sua capacidade de influência no contexto da agenda global.

À recente eleição para o Conselho dos Direitos Humanos, facto notável no domínio das relações internacionais e que muito prestigia Portugal, devemos tomar em consideração o facto de ser a Portugal quem cabe apresentar a cada dois anos, em conjunto com a Moldávia e o Senegal, a resolução sobre juventude.

Neste sentido, devemos reconhecer a extraordinária oportunidade conjuntural e procurar contribuir para a afirmação da juventude, do acesso e consagração dos seus direitos, e em particular do seu reconhecimento como área fundamental da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Muito obrigado!